

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2016**  
**RESOLUÇÃO TC nº 36/2016 – ANEXO VIII, ITEM 16**  
**Notas explicativas às demonstrações contábeis - exercício 2016**



Documento Assinado Digitalmente por: ISAAC DE OLIVEIRA SEABRA, CARLOS PORTO DE BARROS  
Acesse em: <https://e.icepe.tc.br/>  
Código de Verificação: 330902ff614961ddc1f4c146d0e

## **1. Informações Gerais**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, órgão de controle externo integrante da Administração Pública do Estado de Pernambuco, com autonomia administrativo-financeira assegurada pela Constituição Federal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.435.633/0001-49, com sede localizada na Rua da Aurora, nº 885, Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50.050-910 exerce o controle externo da Administração Pública, auxiliando os Poderes Legislativos Estadual e Municipais.

O Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE) tem como funções: Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos das unidades dos Poderes do Estado, dos Municípios e das suas entidades da administração indireta, incluídas fundações, fundos e sociedades instituídas ou mantidas pelo Poder Público, Estadual e Municipal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário Estadual ou Municipal. Exerce também a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das unidades dos Poderes Estadual e Municipal.

Em 2016, o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE) alcançou os seguintes resultados de suas atividades que refletem a efetividade de sua atuação enquanto instrumento fundamental para a melhoria da gestão pública, a defesa do interesse social e o combate à corrupção, em benefício da sociedade:

O TCE-PE retornou para sociedade o valor de R\$ 147.940.402,92 em benefícios financeiros. Em 2016, os valores das multas aplicadas e dos débitos imputados foram de R\$ 2.672.803,63 e R\$ 43.451.627,09, respectivamente. Já a economia potencial gerada pela atuação preventiva foi de R\$ 101.815.972,20. Os benefícios resultantes da atuação concomitante referem-se, sobretudo, a análises de procedimentos licitatórios. redução do preço máximo.

Em 2016 o Tribunal julgou 11.969 processos, sendo 10.448 processos de Aposentadorias, Pensões e Reformas (APR) e 1.521 processos das demais modalidades (-APR).

As demonstrações contábeis do exercício 2016 – Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais – foram elaboradas em novos modelos, com base nas orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis – IPC, publicadas pela STN.

As Instruções de Procedimentos Contábeis são publicações de caráter técnico e orientador, com o objetivo de orientar os profissionais de contabilidade a partir da adoção das novas práticas contábeis aplicadas ao Setor Público, em cumprimento aos Princípios de Contabilidade sob a perspectiva do Setor Público nos termos da Resolução CFC n.º 1.111/2007 e ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

## **2 - Resumo das políticas contábeis significativas**

As demonstrações contábeis foram elaboradas em obediência às práticas da contabilidade pública adotadas no Brasil, lastreadas pela Lei Federal nº 4.320/64. As principais práticas na elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:



## 2.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

As disponibilidades constantes na conta Caixa e Equivalentes de Caixa são avaliadas pelo valor original. As aplicações financeiras de liquidez imediata são demonstradas o custo, acrescido dos rendimentos proporcionais até a data do balanço, não ultrapassando o valor de mercado. As aplicações financeiras são indexadas à taxa dos certificados de depósito interbancário ("taxa DI" ou "CDI"), com prazo de vencimento inferior a 360 dias.

## 2.2 - Créditos e valores a curto prazo

Os créditos a receber correspondem aos valores a apropriar decorrentes de adiantamentos concedidos pelo TCEI. Os riscos de recebimentos de dívidas são estimados e reconhecidos em contas de ajustes, as quais se apresentam como redutoras das contas originais. As provisões são constituídas pelo prováveis valores de reconhecimento para os passivos. As constituições e atualizações de ajustes e provisões são refletidas em contas de variações patrimoniais.

## 2.3 - Estoques

Os bens são registrados com base no valor de aquisição/produção. Referem-se a bens de consumo utilizados nas atividades operacionais e administrativas do TCE. Já o método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei 4.320/64.

## 2.4 - Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente

Representam o valor registrado a título de despesas antecipadas que serão apropriados Variações Patrimoniais Diminutivas nos exercícios subsequentes, quando da ocorrência dos respectivos fatos geradores, de acordo com o princípio da competência.

## 2.5 - Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado com base no valor de aquisição, produção ou construção e reavaliação, deduzido da depreciação acumulada. As taxas utilizadas para depreciação são as seguintes:

Descrição – BENS MÓVEIS	Taxa de depreciação
Máquinas, aparelhos, equipamentos e Ferramentas	20%
Bens de informática	20%
Móveis e utensílios	10%
Materiais culturais, educacionais e de comunicação	20%
Veículos	20%
Bens móveis a classificar até 2013 (a)	variável

(a) Refere-se a bens advindos do antigo plano de contas, a serem reclassificados nas devidas contas contábeis, durante o exercício de 2017.

Em relação aos bens imóveis, devido à reavaliação das edificações, cada imóvel tem sua própria taxa de depreciação.

## 2.6 - Intangível

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, compreendendo o registro de softwares. É mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou de produção, e em se tratando de ativos intangíveis obtidos por produção própria, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico,



deduzido da amortização acumulada, cujo cálculo é feito com base no tempo de utilização do respectivo software.

## **2.7 - Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo**

Correspondem às obrigações presentes do Tribunal de Contas, derivadas de contribuição previdenciária patronal para o regime de previdência próprio do Estado de Pernambuco – FUNAFIN, bem como para o INSS, e ainda valores retidos do SASSEPE.

## **2.8 - Fornecedores, contas a pagar e obrigações fiscais a curto prazo**

Reconhecidas pelo valor nominal e acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

## **2.9 – Demais obrigações a curto prazo**

Correspondem às obrigações presentes do Tribunal de Contas, derivadas de eventos passados decorrentes de retenções junto à Folha de Pagamentos dos servidores e de pagamentos de fornecedores feitas pelo TCE-PE, em favor de terceiros.

## **2.10 - Provisões sobre folha de pagamento**

Decorrem do reconhecimento de obrigação para com os servidores decorrentes de direitos legais, incluindo os encargos deles decorrentes, proporcionalmente ao período a que faz jus cada servidor público. São calculados proporcionalmente ao período em que o servidor tem direito e a remuneração que o mesmo percebe.

## **3. Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis**

### **3.1 – Balanço Orçamentário**

Demonstra as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas. A sua estrutura evidencia a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

As receitas são reconhecidas quando arrecadadas, pelo seu valor nominal, e classificadas em conformidade com a parte I e anexo do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, que trata dos aspectos orçamentários.

As despesas são reconhecidas quando empenhadas, pelo seu valor nominal e classificadas em conformidade com a parte I do MCASP.

As receitas previstas e arrecadadas (executadas) estão em conformidade com a Lei Orçamentária Anual. As despesas fixadas representam o orçamento inicial com as alterações ocorridas no período, por meio de créditos adicionais e dos remanejamentos orçamentários. Já as realizadas (executadas) compreendem aquelas empenhadas, apresentadas por tipo de crédito e categoria econômica.

### **Nota 01 - Movimentações orçamentárias**

O Balanço Orçamentário elaborado não contempla as transferências financeiras recebidas e

Documento Assinado Digitalmente por: ISAAC DE OLIVEIRA SEABRA, CARLOS PORTO DE BARROS  
Acesse em: https://tcepe.tce.br/ep/validar/Doc/seam/Código do documento: da3be9b2-ff61-4796-bd4e-781c-66d0ee



concedidas, destacando-se aquelas recebidas a título de duodécimos do Poder Executivo, em virtude do disposto nas orientações do MCASP, Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, que remete às notas explicativas a demonstração do montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionadas à execução do orçamento do exercício, conforme demonstrado a seguir:

<b>Receitas Orçamentárias Realizadas (a)</b>	<b>Transferências Financeiras Recebidas (b)</b>	<b>Transferências Concedidas (c)</b>	<b>Despesas Empenhadas (d)</b>	<b>superávit (a+b-c-d)</b>
12.853.336,27	341.016.423,02	27.599.999,80	340.503.328,17	(14.233.568,66)

Fonte: Sistema e-Fisco

Tendo em vista a negociação para definição do orçamento da fonte de recursos 0101 (duodécimo) para o exercício de 2017, o TCE-PE firmou compromisso com o Poder Executivo do Estado, no sentido de transferir os recursos decorrentes do Superávit Financeiro de 2015 ao Poder Executivo, cuja operacionalização acarretou em devolução dos valores de R\$ 11.000.000,00 (não utilizados pelo TCE-PE) e de R\$ 16.599.999,80 (utilizados para abertura de crédito adicional pelo TCE-PE em 2016, posteriormente anulados), neste exercício.

Em 2016 ocorreram adições ao orçamento original, cujo detalhamento das despesas disponibilizadas e respectiva utilização são demonstradas a seguir:

<b>descrição</b>	<b>orçamento inicial</b>	<b>crédito adicional suplementar</b>	<b>total</b>
<b>valor orçado (R\$)</b>	361.555.000,00	7.050.000,20	368.605.000,20
<b>valor executado (R\$)</b>	340.503.328,17		340.503.328,17
<b>diferença (R\$)</b>	<b>21.051.671,83</b>	<b>7.050.000,20</b>	<b>28.101.672,03</b>

Fonte: Sistema e-Fisco

Foram utilizados recursos do Superávit financeiro do exercício de 2015, no montante de R\$ 23.650.000,00 para abertura de Créditos Orçamentários Suplementares, bem como foi feita a devolução de R\$16.599.999,80 do orçamento do TCE do exercício financeiro de 2016.

### 3.2 – Balanço Financeiro

Demonstra as receitas e despesas orçamentárias, bem como os pagamentos e recebimentos de natureza extra-orçamentária, conjugadas como os saldos, em espécie, provenientes do exercício anterior e aos que se transferem para o exercício seguinte.

**Nota 02** – A receita orçamentária ordinária está composta dos seguinte valores:

<b>descrição</b>	<b>exercício atual (a)</b>	<b>exercício anterior (b)</b>	<b>diferença(c) = (a-b)</b>
Receita Patrimonial	12.478.124,03	18.124.231,55	(5.646.107,52)
Outras Receitas Correntes	330.521,24	873.882,08	(543.360,84)
Alienação de Bens Móveis	44.691,00	126.091,98	(81.400,98)
<b>TOTAL</b>	<b>12.853.336,27</b>	<b>19.124.205,61</b>	<b>(6.270.869,34)</b>

Fonte: Sistema e-Fisco

A variação decorre da queda dos rendimentos de aplicação financeira ocorrida no período, em decorrência da redução das disponibilidades financeiras do TCE-PE.

Documento Assinado Digitalmente em 09/09/2017 às 14:00:00 por SAAC DE OLIVEIRA SEABRA, CARLOS PORTO DE BARROS. URL: https://www.tcepe.br/epi/validador/validador\_documento.php?id\_documento=da0e9b2-f16-4796-bdd0-717f3c1400ee



### Nota 03 - Recebimentos e pagamentos extra-orçamentários

Os recebimentos extra-orçamentários tiveram os seguintes valores:

Recebimentos Extraorçamentários			Pagamentos Extraorçamentários		
	2016	2015		2016	2015
Inscrição de Restos a Pagar processados	2.183.184,84	1.042.654,72	Pagamento de Restos a Pagar processados	1.036.999,01	2.408.440,61
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	209.055.471,42	197.613.117,64	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	213.554.626,23	196.418.893,92
Outros Recebimentos Extraorçamentários	27.078,60	127.854,47	Outros Pagamentos Extraorçamentários	0	127.854,47

No exercício de 2016 não ocorreram variações significativas. A diferença entre a inscrição dos restos a pagar de 2015 e o pagamento de restos a pagar de 2016 refere-se ao cancelamento de restos a pagar de 2015.

### 3.3 - Balanço Patrimonial

#### Nota 04 - Caixa e Equivalentes de Caixa

A composição das disponibilidades e das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada a seguir:

contas	exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Bancos	12.990,13	7.864,86
Aplicações Financeiras	69.972.507,85	87.536.846,18
<b>TOTAL</b>	<b>69.985.497,98</b>	<b>87.544.957,04</b>

Ocorreu uma queda de R\$ 17.559.459,06 no saldo desta conta em razão das transferências efetuadas para o Poder Executivo Estadual no período (vide nota 01).

#### Nota 05 - Créditos a Curto Prazo

Os créditos a receber correspondem aos valores a apropriar decorrentes de adiantamentos concedidos pelo TCE. Os riscos de não recebimento historicamente são nulos. A seguir, demonstramos o quadro:

contas	exercício Atual	Exercício Anterior
Convênios de cessão de pessoal	7.861.565,09	0
Adiantamento férias	2.695.221,06	2.597.575,94
Outros adiantamentos	334.989,10	50.555,34
<b>TOTAL</b>	<b>10.891.775,25</b>	<b>2.934.848,20</b>

Em 2016 o TCE firmou convênios de cessão de pessoal com ressarcimento por parte dos órgãos conveniados (8º Termo Aditivo de cooperação técnica e administrativa nº 01/2010 TCE - Poder Executivo do Estado; Convênio de cooperação técnica TCE-PCR, e Convênio de Cooperação Técnica TCE - Pref. Paulista), nos quais restou um saldo a receber de R\$ 7.861.565,09. O adiantamento de férias manteve o saldo com variação normal de 3,7%.



## Nota 06 - Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado com base no valor de aquisição, produção ou construção e reavaliação, deduzido da depreciação acumulada. Os saldos das contas contábeis e as taxas utilizadas para depreciação são as seguintes:

Descrição – BENS MÓVEIS	Exercício Atual	Exercício Anterior
máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	2.451.962,52	2.942.686,84
bens de informática	5.541.301,79	4.297.980,70
móveis e utensílios	5.344.033,38	5.187.414,87
materiais culturais, educacionais e de comunicação	609.446,08	535.981,47
veículos	3.782.094,99	2.747.940,32
bens móveis a classificar até 2013	388.173,87	435.062,65
(-) depreciação acumulada de bens móveis	(13.126.745,15)	(11.489.585,62)
<b>TOTAL</b>	<b>4.990.267,48</b>	<b>4.657.481,23</b>

As variações ocorridas nas contas de informática (28,9%) e de veículos (37,6%) resultaram, respectivamente, da aquisição de novos desktop's e da renovação da frota de veículos do TCE-PE.

Descrição – BENS IMÓVEIS	Exercício Atual	Exercício Anterior
Edificações em geral	84.530.602,85	85.506.408,03
Terrenos sem edificações	4.610.000,00	4.610.000,00
Bens imóveis - obras em andamento a classificar	576.807,20	159.845,81
Instalações	33.640,29	33.640,29
(-) Depreciação acumulada de bens imóveis	(627.834,73)	(347.872,97)
<b>TOTAL</b>	<b>89.123.215,61</b>	<b>89.962.021,16</b>

Do total dos bens imóveis, R\$ 20.300.000,00 referem-se à aquisição de imóvel junto à Companhia S.A. em 2013. Conforme acordado com a Empresa, a desocupação está sendo efetuada de forma gradual, sendo previsto para ser totalmente disponibilizado em fevereiro de 2017. Variação negativa de 1,1% ocorrida no período, devido à cessão de imóvel (antiga sede da Inspeção Regional de Salgueiro) para o TJPE (R\$ 1,29 milhão), através do Termo de Convênio nº 057/2016.

## Nota 07 - Intangível

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, compreendendo o registro de softwares. Os saldos das contas contábeis são os seguintes:

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
Softwares em uso	1.437.788,21	652.241,98
Softwares em desenvolvimento	543.834,50	429.914,50
(-) amortização acumulada de bens intangíveis	(744.300,64)	(103.583,33)
<b>TOTAL</b>	<b>1.237.322,07</b>	<b>978.573,15</b>

No exercício de 2016, ocorreram contratações de diversos softwares, com prazo de licença de uso acima de 360 dias, elevando assim o saldo da conta softwares em uso, bem como a sua amortização acumulada.

## Nota 08 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Reconhecidas pelo valor nominal e acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
-----------	-----------------	--------------------



Referem-se a valores liquidados e não pagos, devido ao fechamento do exercício financeiro no dia 22 de dezembro de 2016, fato considerado rotineiro com variação considerada normal.

### Nota 09 - Provisões a Curto Prazo

Decorrem do reconhecimento de obrigação para com os servidores decorrentes de direitos legais, incluindo os encargos deles decorrentes, proporcionalmente ao período a que faz jus cada servidor público. São calculados proporcionalmente ao período em que o servidor tem direito e a remuneração que o mesmo percebe, incluindo os encargos patronais deles decorrentes.

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
Provisão de férias	27.501.043,94	27.023.123,39
Provisão de férias - abono constitucional	2.902.556,26	2.739.466,90
Provisão de licença prêmio	131.976.913,94	173.391.449,22
Provisão de encargo patronal ao RPPS/INSS sobre férias	9.272.389,47	8.897.839,66
Provisão de encargo patronal ao RPPS sobre licença-prêmio	40.488.005,13	40.942.543,49
<b>TOTAL</b>	<b>212.140.908,74</b>	<b>252.994.422,66</b>

A redução no valor total das contas deste grupo, em relação ao ano anterior, decorreu das seguintes situações: reclassificação de valores para o longo prazo, além da aposentadoria de 31 servidores pela adesão ao Programa de Aposentadoria Voluntária - PAV (lei nº 15.899/16), cuja participação implica na renúncia irrevogável e irrevogável do servidor às licenças prêmio a que teriam direito.

### Nota 10 – Demais Obrigações a Curto Prazo

Correspondem às obrigações presentes do Tribunal de Contas, derivadas de eventos passados e decorrentes de retenções junto à Folha de Pagamentos dos servidores e outras retenções feitas pelo TCE-PE, em favor de terceiros.

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
Imposto de renda retido sobre a folha de pagamento	8.003.686,07	7.993.646,63
Contribuições de outros poderes a repassar (FUNAFIN)	5.191.527,25	3.438.991,19
Consignações retidas sobre folha de pagamento	625.129,09	609.051,58
Outras obrigações de curto prazo	493.369,61	451.841,07
<b>TOTAL</b>	<b>14.313.712,02</b>	<b>12.493.530,47</b>

Variação de 14,6% no período em decorrência da retenção do FUNAFIN sobre os valores pagos através do PAV (vide nota 09).

### Nota 11 - Provisões a Longo Prazo

Nesta conta, são registrados os valores referentes ao reconhecimento da expectativa dos potenciais direitos de licença prêmio para com os servidores, relativos ao próximo período aquisitivo desta licença, na data base do balanço, conforme abaixo:

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
provisão de licença prêmio	38.025.371,24	0

No exercício anterior, estas provisões foram classificadas junto às Provisões de Curto Prazo.





## Nota 16 - Diversas variações patrimoniais aumentativas

Elevação de 129,1% em razão do registro contábil dos créditos a receber decorrente dos encargos patronais a serem ressarcidos ao TCE pelos entes conveniados (vide nota 05).

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
diversas variações patrimoniais aumentativas	1.994.996,68	870.897,42

## Nota 17 - Pessoal e Encargos

A seguir, demonstramos a composição comparativa por exercício da conta Pessoal e Encargos:

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
Remuneração pessoal ativo	250.206.381,46	226.855.477,90
Encargos patronais	55.846.010,34	53.847.765,02
Benefícios a pessoal	35.865.662,82	14.496.141,81
Outras variações patrimoniais	38.580.897,95	24.766.319,16
<b>TOTAL</b>	<b>380.498.952,57</b>	<b>319.965.703,89</b>

Elevação de 10,3% do gastos com remuneração com pessoal ativo em decorrência do registro da provisão de férias e abono constitucional, referente ao exercício de 2016 pelo montante total, uma vez que, no início do exercício de 2016 o sistema e-fisco efetuou a transferência da provisão de férias e abono constitucional para a conta do passivo "férias vencidas - 2.1.1.1.1.02.10" (vide nota 14).

Ocorreu a elevação da conta benefícios a pessoal, em especial pela transformação de diversos benefícios remuneratórios em benefícios indenizatórios, além do PAV (vide nota 09), cuja composição é a seguinte:

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
Auxílio funeral	178.037,86	250.089,54
Auxílio saúde	5.243.266,62	3.601.080,00
Auxílio permanência (lei nº 15.795/16)	2.689.100,17	0
Auxílio por localidade (lei nº 15.795/16)	2.527.269,93	0
Auxílio alimentação	9.284.045,70	9.412.082,57
Auxílio moradia	1.208.253,48	1.208.253,48
PAV - licença prêmio financeira (lei nº 15.8995/16)	5.824.085,71	0
Parcela indenizatória - cargos em comissão (lei nº 15.8995/16)	1.139.642,81	0
Parcela indenizatória - função gratificada (lei nº 15.8995/16)	1.651.926,02	0
Parcela indenizatória - cargos representação (lei nº 15.8995/16)	2.967.951,88	0
PAV - (lei nº 15.8999/16)	2.909.301,28	0
Outras indenizações	242.781,36	24.636,22
<b>TOTAL</b>	<b>35.865.662,82</b>	<b>14.496.141,81</b>

Em relação à conta outras variações patrimoniais refere-se ao reconhecimento de obrigação para com os servidores decorrentes de licença-prêmio em desenvolvimento, devidamente registrada no passivo a longo prazo (vide nota 11).



## Nota 18 - Transferências e delegações concedidas

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
Transferências Intra Orçamentárias concedidas	27.599.999,80	1.200,00
bem imóvel concedido para o TJPE	1.289.701,56	0
convênio com UFPE	234.486,00	135.555,00
Doação de bens móveis	221.809,09	1.929.584,71
Transferências Instituto Ruy Barbosa	50.000,00	0
<b>TOTAL</b>	<b>29.395.996,45</b>	<b>2.126.026,35</b>

Ocorreu elevação das Transferências Intra Orçamentárias Concedidas (vide nota 01), bem como a concessão de imóvel ao TJPE (vide nota 06).

## Nota 19 - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Refere-se a baixa de bens móveis e imóveis, após a feitura do inventário e ajuste decorrente Instrução Normativa nº 01/2016 CAD a respeito dos bens móveis.

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	800.450,91	12.239,82

Recife, 10 de fevereiro de 2017.

ISAAC DE OLIVEIRA SEABRA  
CONTADOR RESPONSÁVEL- CRC-PE 16.709/O-5